

1) Os locais das missões diplomáticas gozam dos privilégios da imunidade de jurisdição, inviolabilidade e isenção tributária. Tais privilégios têm como fundamento o(a)

- a. eficaz desempenho das funções.
- b. extraterritorialidade.
- c. discricionariedade.
- d. *agrément*.

2) De acordo com o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, são fontes do direito internacional as convenções internacionais,

- a. o costume, os atos unilaterais e a doutrina e a jurisprudência, de forma auxiliar.
- b. o costume internacional, os princípios gerais de direito, os atos unilaterais e as resoluções das organizações internacionais.
- c. o costume, princípios gerais de direito, atos unilaterais, resoluções das organizações internacionais, decisões judiciais e a doutrina.
- d. o costume internacional, os princípios gerais de direito, as decisões judiciais e a doutrina, de forma auxiliar, admitindo, ainda a possibilidade de a Corte decidir *ex aequo et bono*, se as partes concordarem.

3) Acerca da temática dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a. O único ato que pode consistir na vinculação do Estado ao tratado, no plano internacional, é a ratificação.
- b. A adesão é o processo de apreciação do texto do tratado pelos Poderes Legislativos dos Estados.
- c. A assinatura tem o efeito de autenticar o texto do tratado, após a sua aprovação ainda no plano internacional.
- d. A ratificação é o ato interno do Poder Executivo na troca ou no depósito dos instrumentos respectivos.

4) Sobre os tratados internacionais marque a opção INCORRETA:

- a. Todos os tratados devem ser homologados pelo STF;
- b. Os tratados só produzem efeitos no Brasil após serem ratificados;
- c. A denúncia é o meio pelo qual um Estado se retira de um tratado internacional;
- d. Em regra os tratados são firmados pelos agentes plenipotenciários.

5) Entende-se por ratificação, o ato pelo qual:

- a. O Superior Tribunal de Justiça confirma uma convenção internacional;
- b. A Corte Internacional de Justiça promulga um acordo internacional;
- c. O Congresso Nacional aprova um acordo internacional, após analisar seu conteúdo;
- d. O Presidente da República desaprova um tratado internacional.

6) Suponhamos que o Governo Brasileiro não mais esteja de acordo com as cláusulas estipuladas pela Convenção de Varsóvia - 1929, que regula as condições do Transporte

Aéreo Internacional. Qual seria o instrumento e o procedimento adequado para que o país não continue se submetendo às regras da Convenção supra citada:

- a. O Brasil deve protocolar junto a ONU um termo de RENÚNCIA às cláusulas da Convenção de Varsóvia, com efeito imediato perante as demais nações signatárias;
- b. O Brasil não pode eximir-se do cumprimento das disposições contidas na Convenção de Varsóvia, uma vez que todos os Tratados e Convenções Internacionais estão submetidos a cláusula *rebus sic stantibus*;
- c. O Brasil deve comunicar às outras partes contratantes sua intenção de retirar-se da Convenção de Varsóvia, através de um termo de DENÚNCIA, na forma e prazo previamente acordados pelas partes no momento da celebração do contrato;
- d. A simples inobservância do Brasil às normas estabelecidas pela Convenção de Varsóvia faz com que sejam tacitamente extintas suas obrigações com os demais países signatários.

7) Em razão da sua natureza descentralizada o direito internacional público desenvolveu-se no sentido de admitir fontes diferentes daquelas admitidas no direito interno. Que fonte das listadas a seguir NÃO pode ser considerada fonte de direito internacional?

- a) Tratados
- b) Princípios gerais do direito
- c) Decisões dos tribunais constitucionais estaduais
- d) Costume

8) Em determinado Estado, um agente diplomático estrangeiro envolveu-se em um acidente de trânsito, causando a morte de um pedestre. Nessa situação, diante do homicídio culposo,

- a) O Estado acreditado pode julgar o agente diplomático estrangeiro, por tratar-se de crime que não tem qualquer relação com a função diplomática.
- b) O Estado acreditado só pode julgar o agente diplomático se ele renunciar expressamente à imunidade de jurisdição.
- c) O agente diplomático somente poderá ser julgado no Estado acreditado se o Estado acreditante renunciar expressamente à imunidade de jurisdição.
- d) Em nenhuma hipótese é possível o julgamento do agente diplomático, por ser irrenunciável a imunidade de jurisdição.

9) Em relação à nacionalidade brasileira é **CORRETO** afirmar que:

- a) Ainda que residentes fora do Brasil, serão brasileiros todos os filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira nascidos no exterior.
- b) Não perderá a nacionalidade brasileira aquele que, nascido no Brasil, seja reconhecido como nacional por país que adote o princípio do *jus sanguinis*.
- c) Perderá a nacionalidade brasileira aquele que, independentemente do motivo, venha a adquirir outra nacionalidade.
- d) Apenas serão brasileiros os filhos nascidos, no exterior, de pai brasileiro ou mãe brasileira que estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

10) Dentre as principais fontes do direito internacional, conforme estabelecido pelo artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Os tratados internacionais de natureza geral devem ser concluídos por escrito ou por via oral entre Estados e são regidos pelo Direito Internacional. As Convenções internacionais especiais não podem, contudo, ser consideradas fontes do direito internacional.
- b) O costume internacional é reconhecido como meio auxiliar para a determinação das regras de direito internacional.
- c) A equidade é admitida como fonte do direito internacional.
- d) Por estarem desvinculados da vontade dos Estados, a jurisprudência internacional, a doutrina e os princípios gerais de direito não podem ser consideradas fontes do direito internacional.

11) A Corte Internacional de Justiça foi estabelecida pela Carta das Nações Unidas e é considerada como seu principal órgão judiciário. No que tange à sua competência, pode-se afirmar que:

- a) Diante de um crime de genocídio, qualquer indivíduo tem competência para abrir um processo contencioso no âmbito da Corte Internacional de Justiça.
- b) Apenas os Estados poderão ser partes em questões contenciosas perante a Corte.
- c) A Corte Internacional de Justiça pode ser considerada instância recursal do Supremo Tribunal Federal, cabendo recurso de inconstitucionalidade por via de ação direta.
- d) As Organizações internacionais partes do sistema das Nações Unidas podem encaminhar uma demanda contenciosa e serem partes litigantes em um processo contencioso no seio da Corte Internacional de Justiça.

12) Um diplomata russo, acreditado perante o Estado italiano, manteve relacionamento amoroso com brasileira que cursava doutorado na Universidade de Roma. Dessa relação nasceu um menino em território francês. Marque a afirmativa **CORRETA**:

- a) não será considerado brasileiro nato, pois o Brasil adota o critério do *jus soli*.
- b) será considerado brasileiro nato, desde que a criança venha a residir na República Federativa do Brasil e opte pela nacionalidade brasileira.
- c) não poderá ser considerado brasileiro nato, em virtude das hipóteses de *jus sanguinis* previstas na Constituição Federal não alcançarem a situação mencionada no enunciado da questão como forma de aquisição de nacionalidade originária.
- d) para ser considerado brasileiro nato, seus pais devem registrá-lo perante o consulado brasileiro em Paris, local de nascimento.

13) Brasil e Argentina litigam na Corte Internacional de Justiça a respeito de questão envolvendo a fronteira entre os dois países. Sabendo que ambos assinaram, mas apenas a Argentina ratificou a Convenção de Viena de 1980 sobre Direito dos Tratados, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A Argentina pode alegar que as normas previstas na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados não podem ser utilizadas pelo Brasil, enquanto tratado internacional, pois o Brasil não expressou ainda seu consentimento definitivo.
- b) O Brasil pode utilizar as normas previstas na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, como costume internacional, pois adota tais cláusulas como prática geral aceita como direito.
- c) O Brasil pode utilizar a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, como tratado internacional, em razão de tê-la assinado, o que garante, inclusive, sua vigência interna.
- d) Tanto o tratado quanto o costume internacional podem expressar o posicionamento jurídico de um Estado no plano internacional, pois são fontes de Direito Internacional Público.

14) Sobre o processo de conclusão dos tratados internacionais no Brasil, é **CORRETO** afirmar que:

- a) todos os tratados internacionais passam pela aprovação do Congresso Nacional, em virtude das disposições do art. 49, I da Constituição Federal.
- b) não há sanção do Presidente da República quando a matéria objeto de aprovação pelo Congresso Nacional for tratado internacional.
- c) o Presidente da República é obrigado a ratificar tratado internacional, pois já concordou com seus termos, quando de sua assinatura, quando houver aprovação do Congresso Nacional.
- d) o decreto legislativo determina a entrada em vigor de tratado internacional no Brasil.

15) No Brasil, é competente para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional:

- a) Presidente da República.
- b) Ministro das Relações Exteriores.
- c) Congresso Nacional.
- d) Supremo Tribunal Federal.

GABARITO

1) A

2) D

3) C

4) A

5) C

6) C

7) C

8) C

9) B

10) C

11) B

12) B

13) C

14) B

15) C